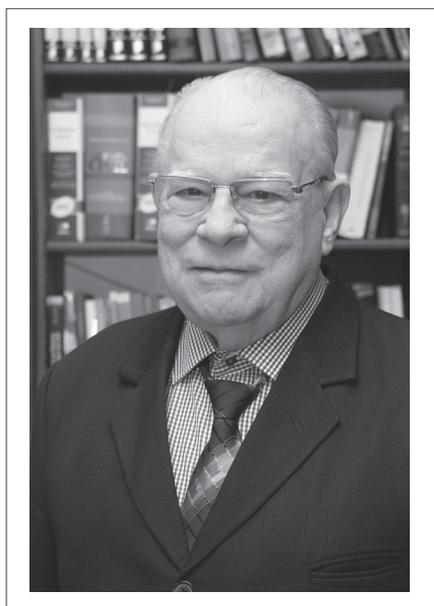


# Fernando Nizo Bainha



*Fernando Nizo Bainha nasceu em 24 de novembro de 1932, na cidade de Urussanga, Santa Catarina. Formou-se pela antiga Faculdade de Direito de Florianópolis. Entre 1953 e 1962, foi funcionário do Tesouro do Estado de Santa Catarina. Foi secretário estadual da UDN. Ingressou na carreira do Ministério Público de Santa Catarina em 26 de outubro de 1962, com designação para promotor público de segunda entrância na Comarca de São José. Em 29 de abril de 1963, foi removido, a pedido, para a Comarca de Taió, de primeira entrância. Pelo decreto de 12 de julho de 1966, foi removido, a pedido, à primeira entrância da Comarca de São João Batista, tendo assumido o exercício de seu cargo em 10 de setembro de 1966. No ano de 1969, foi promovido por antiguidade, assumindo o exercício do cargo de promotor público da Comarca de Biguaçu, segunda entrância, na data de 3 de junho de 1969. No mesmo ano, foi promovido, por antiguidade, para a Comarca de São Joaquim. Em 1977, foi promovido, por antiguidade, à terceira entrância, na 2ª Vara da Comarca de Xanxerê. Em 1978, foi removido, a pedido, para a Comarca de São José. Aposentou-se em 7 de maio de 1992. Foi professor na Universidade Federal de Santa Catarina.*

# FERNANDO NIZO BAINHA<sup>1</sup>

## Memorial do MPSC – Como foi a sua opção pelo Direito?

**Fernando Nizo Bainha** – Meu pai era tabelião do Cartório de Registros Naturais de Urussanga, de onde sou natural. Ele faleceu antes do meu nascimento. A hereditariedade do cartório foi comprada, da minha mãe, pelo Caruso MacDonald, por cinco mil cruzeiros. Cursei o complementar, que era o máximo a que se podia chegar na cidade. Para continuar os estudos, precisaria matricular-me no Colégio Catarinense, único acreditado no Estado de Santa Catarina. Além dele, havia um arremedo de colégio em Tubarão. Mas o chique, o ideal, mais prestigioso e valioso era o Catarinense, administrado pelos padres jesuítas, onde, para ingressar, era necessário enfrentar um concurso de admissão. O Grupo Escolar Barão do Rio Branco, onde eu estudara, me dera uma boa formação, de sorte que me propus tentar o desafio. O Diretor, Hercílio de Faveri, me ajudou com umas aulas extras de matemática. Acabei aprovado entre os três primeiros lugares, de forma que poderia pleitear uma bolsa de internato. Solicitei-a ao Governador Dr. Aderbal Ramos da Silva. Embora meu pai fosse republicano e o Dr. Aderbal fosse de tradição liberal, por intermédio de um parente do meu pai, que pertencia ao *staff* do governador, consegui a bolsa. O Estado era pequeno, todos se conheciam; o governador era uma figura acessível.

Depois de formado no primeiro ciclo consegui um emprego numa fábrica de bebidas, de Manoel Donato da Luz, na rua José Mendes, graças ao qual financeiei, depois, os exames para dar sequência aos estudos, fazendo o Científico no Instituto Estadual de Educação. Na época, a opção era entre o curso Científico e o Clássico. Eu cheguei a sonhar com o Itamaraty, mas o diretor do Instituto logo me alertou ser uma “panelinha”, inacessível, recomendando o curso de Direito ou o de Administração, meta para a qual o Científico era o caminho.

Concluída essa etapa, fui para o Rio de Janeiro, estudar na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas. Passei em primeiro lugar e fui premiado com uma viagem. Podíamos escolher 15 dias em qualquer capital do país. Escolhi Florianópolis, pois era uma chance de visitar minha cidade. Chegando, fui assistir à missa, ocasião na qual fui apresentado ao Governador, o Irineu Bornhausen. Foi quando ele mencionou que a lei de criação do Tribunal de

<sup>1</sup> Entrevistas realizadas na sede da Associação do Ministério Público de Santa Catarina e na residência do entrevistado, em Florianópolis, nos dias 27 de abril e 25 de maio de 2011 e 29 de julho de 2015, por Gunter Axt, com assistência de Thiago Oliva, Alexandre Martins e Bruno Lemos.

Contas fora votada e haveria necessidade de um especialista atualizado em Direito Tributário. Todavia, a Fundação já havia me designado para assistir a uma Secretaria em Volta Redonda. O vencimento era bom; o governador quis saber quanto. Como estava programado um reajuste, os salários das funções mais ou menos se equivaliam. Ele insistiu para eu ficar em Santa Catarina.

O Irineu também era de tradição republicana, tal qual meu pai. Antes da Revolução de 1930 e do Estado Novo, que extinguiram os partidos políticos, republicanos e liberais compunham as duas grandes agremiações oponentes do Estado. Ele quis saber se eu era maçom... Não, mas meu pai atingira o grau trinta e três, o máximo possível. A preocupação do Irineu, enfim, era com o seu sucessor, o Jorge Lacerda, mais identificado com os liberais, que poderia não querer me manter no cargo. O Lacerda era do PRP e se elegera para o governo numa coligação com a UDN. O Irineu recomendou que eu prestasse o vestibular para Direito, pois seria importante que, além de Administração, fosse bacharel em Direito. Alertou-me que para o vestibular não haveria proteção política, o que de forma alguma me assustava. Eu tinha saído muito bem-preparado da Fundação Getúlio Vargas. Passei bem no vestibular e fui nomeado, em 1956, já pelo Dr. Jorge. O presidente do Tribunal, contudo, o Dr. João Bayer Filho, achou que eu precisaria de um diploma de Economia, já que exerceria uma função ligada a essa área. Então, também prestei vestibular para Economia. Fiz os dois cursos concomitantemente.

O Tribunal de Contas era um reduto udenista. Havia membros vinculados também ao PDC, com destaque para o Monsenhor Pascoal Gomes Librelotto, que depois foi Secretário da Educação e Cultura. Ele fez questão de celebrar meu casamento em 1958.

Assim, acabei me filiando à UDN, sendo em seguida eleito secretário do partido. Passei a integrar, também, o Diretório Nacional. Escrevia com frequência para a imprensa. Em Florianópolis, havia o jornal *O Estado*, ligado ao PSD, e *A Tarde*, identificada à UDN. Era um bate-boca interminável, uma briga desgraçada! Eu era muito questionado, tinha de responder.

O Poder Legislativo em Santa Catarina era meio inconsequente. O Volney Collaço, Deputado pelo PSP, manobrava aquilo tudo. Promovia cada “panamá” na Assembleia que era de impressionar. Nas reuniões da UDN, isso era muito debatido. O PSD e a UDN polarizavam a política, mas os partidos menores, como o PSP, o PTB, o PRP e o PDC funcionavam como fiéis da balança.

**Memorial do MPSC** – *O incêndio do prédio antigo da Assembleia Legislativa poderia ser percebido no contexto desta rusga política?*

**Fernando Nizo Bainha** – Era um prédio bonito, neoclássico, com um Plenário imponente... Foi uma pena aquele sinistro. A Assembleia tinha 39 deputados. Na Legislatura que se iniciou em 1958, passou a ter 41. Eram poucos os funcionários. Procurador, havia apenas um. De repente, passou para cinco, ou seis. Aí, já eram 14! Criaram-se ao todo uns 50, 60 cargos. Os vencimentos também foram incrementados. Foi um “panamá” naquela Assembleia... Entupiram de gente! O Volney Collaço era o grande articulador desse inchaço. O assunto repercutia muito. A UDN fez uma moção crítica. O Volney tinha também alguns projetos que estavam já aprovados na Comissão de Constituição e Justiça. Eram projetos que majoravam impostos na área rural. Na época, quem conservava uma estrada vicinal, que cortava sua propriedade, era isento de impostos. Os projetos do Volney limitavam este benefício a propriedades de apenas cinco hectares, o que suscitou grande celeuma. Foi uma gritaria tremenda! Enfim, para contornar aquilo, creio que se incendiou a Assembleia. Esses projetos de lei polêmicos foram assim destruídos antes de serem aprovados e acabaram esquecidos. O Volney tinha se apercebido da reação contrária aos próprios projetos. Então, não queria mais vê-los aprovados.

Ninguém foi indiciado... Não houve apuração. O delegado-geral em Florianópolis era o Trogílio Mello. Mandava na Polícia! Era conhecido por sua truculência. Era temido, mas também muito respeitado. Só o seu nome já impunha respeito. Foi originalmente nomeado para o cargo pela UDN, mas o PSD gostava dele...

**Memorial do MPSC** – *Como secretário da UDN, o senhor participava de encontros nacionais?*

**Fernando Nizo Bainha** – Sim. Também participei de todos os congressos da UNE, como representante da UDN. Lá eu era oposição, sendo fustigado. Tive a petulância de fazer um discurso contra o Fidel Castro num desses congressos. Nunca vi uma vaia tão vibrante como aquela. Fiquei até com medo de apanhar. Aquilo ajudou a forjar o meu caráter e minha vocação no Direito. Consegui terminar o meu discurso defendendo o direito à palavra e à livre expressão. A UNE era financiada pelo governo, mas fazia oposição, tanto que uma das primeiras ações da ditadura foi acabar com a UNE e a sede da entidade acabou sendo incendiada.

**Memorial do MPSC** – *E como surgiu a opção pelo Ministério Público?*

**Fernando Nizo Bainha** – Quando resolvi fazer o concurso para o Ministério Público, ganhava mais como diretor do Tribunal de Contas do que receberia como promotor. Mas achava a carreira bonita... Em 1939, 1940, assistira a um júri, feito pelo “Bolão”, em Urussanga, e achei maravilhoso. Aquela imagem ficou colada na minha retina por anos a fio. Portanto, quando surgiu a oportunidade, não pestanejei. O pessoal achou que eu estava maluco.

Fui me apresentar na Procuradoria-Geral e o Dr. Milton Leite da Costa disse que ali não haveria proteção para udenista. Achou que eu iria rodar no concurso. Prometi-lhe passar em primeiro lugar. Achou-me pretensioso. Ele era flamenguista entusiasmado, então eu brinquei: “O senhor não tem a pretensão de que o Flamengo vai ganhar o campeonato desse ano? Não vaaai!”. Ele respondeu: “Não mistura o Flamengo com isso, porque eu te boto daqui para a rua...” (risos).

Inscreveram-se uns cinquenta e poucos, apareceram só vinte e cinco, dentre os quais fiquei em terceiro lugar, por mínimas diferenças de pontos. O Milton então me chamou: “Mas não é que passaste mesmo?”. Aí a conversa inverteu. Ele queria me nomear logo, para Urussanga, que era considerada uma boa comarca, mas eu vacilei, não sabia mais se deveria mesmo abandonar o Tribunal de Contas. O Milton disse que Tribunal de Contas era uma instituição pequeninha e o Ministério Público só tenderia a crescer dali para a frente. O pessoal da UDN ficou exultante por eu ter passado: “É bom para nós ter um promotor nesse governo...”.

Afinal, resolvi assumir. Mas não quis ir para Urussanga, pois era minha cidade natal, onde era conhecido por todos. O Milton me nomeou para Mondaí, prometendo me trazer depois de 15 dias para a Palhoça. Para chegar a Mondaí levava-se três dias de viagem. Tinha-se de entrar pelo Rio Grande do Sul e cruzar o rio Uruguai. As estradas eram muito ruins. Eu nem sabia bem onde ficava a cidade...

Palhoça era uma comarca cobiçada, por ser próxima à capital. Reduto do PSD, partido que estava no Governo, com o Celso Ramos. Por conta disso, a turma lá se achava no direito de não pagar impostos e o governo via-se a braços para cobrar. De todos os municípios do Estado, era o que mais concentrava inadimplentes com o Fisco. Para o Milton, portanto, nada melhor do que um udenista idealista lá para tocar o ferro nos pessedistas. Pediu-me, claro, a devida reserva: “Tu não vais contar isso para ninguém!”. Garantiu-me apoio policial e tudo o mais.

O Deputado Ivo da Silveira, chefe político local, esteve no gabinete do Milton e me disse que eu faria uma grande coisa por Palhoça, pois parte do que seria arrecadado ficaria com a municipalidade. A porcentagem do município já nem vinha para o Estado e ficava lá, descontada na origem. Para o promotor, cabia 25% de gratificação sobre a dívida cobrada. Um bom dinheiro! “E tu não me bota udenista lá dentro da Palhoça!”, sublinhou o Milton. “E não diz para ninguém que estou do teu lado!”, insistiu. “Não senhor, eu estou ao lado do Estado!”, respondi.

Era um bom acordo. Com a perspectiva de arrecadar aqueles valores, eu compensaria minhas perdas com a saída do Tribunal de Contas. Combinamos então que não nos falaríamos. O Milton não queria nem que o visitasse na casa dele.

Assim, quando precisávamos conversar, nos encontrávamos numa churrascaria. Em Florianópolis havia a churrascaria frequentada pelo pessoal da UDN, na rua Vidal Ramos, e outra visitada pela turma do PSD, a Ouro Verde, atualmente a Rio-Sulense. Então, íamos para a churrascaria do PSD, que ficava perto da minha casa.

Um bom pretexto para o nosso encontro era a necessidade de o promotor discutir aspectos das execuções penais com o procurador-geral, aspectos, por exemplo, relacionados à progressão da pena dos presos, etc. Das cadeias da época, os presos não fugiam porque não queriam, pois o sistema de segurança era frágil. Também não havia lugar para onde se evadirem. As comunicações eram difíceis, as estradas péssimas, todos se conheciam. Quando se concedia um indulto para um preso, liberando-o para passar uns dias em casa, ele se apresentava direitinho no final do prazo, pois sabia que nós o buscaríamos depois, nem que fosse morto! Nunca um preso que o Ivo Silveira pediu para soltar escapou. Sempre voltava.

Todo mundo achava que o Ivo Silveira não se dava comigo! E eu ganhava um dinheirinho lá na Palhoça. O Ivo ficava bem contente com a arrecadação. A Palhoça conquistava benfeitorias, estradas, prédios públicos. E quando o pessoal reclamava do peso dos impostos, ele colocava a culpa na intransigência do promotor (risos).

O Ivo nunca ficou com um tostão: fazia a contabilidade da arrecadação direitinho e investia tudo no município. Ele fazia as obras, prestava contas e entregava o relatório para mim. Era meio estranho esse percurso, mas funcionava. A arrecadação acontecia, os recursos ficavam na Palhoça, onde eram investidos.

A tranquilidade daquela Promotoria foi, entretanto, quebrada quando mataram o padre durante a missa. A Maçonaria não gostava do padre. Numa missa de domingo, a mais importante da semana, três capangas entraram a cavalo na igreja e atiraram no padre. Foram presos em flagrante, três dias depois, porque a Polícia foi atrás deles e os alcançou! Impetraram um *habeas corpus* contestando o flagrante, alegando que eles não estavam no local do crime. O Tribunal de Justiça negou, já que houve perseguição e finalidade explícita da missão.

O Juiz, Gervásio Nunes Pires, pessedista e maçom, quis manter os presos na Delegacia e não na cadeia. Eu, evidentemente, não concordei. Queixou-se para o Milton Leite da Costa, que me deu apoio. Ficaram os três capangas retidos na cadeia, separados entre si e com os presos comuns. Foi a primeira de umas dez representações que o Gervásio moveu contra mim. Perdeu todas. Acabou aposentado como maluco!

O Gervásio cismou de absolver os três. Numa missa lotada, de domingo, três camaradas invadem a igreja a cavalo e matam o padre na frente de todos! Como

vai dizer que não matou, que foi uma reação? O próprio Ivo Silveira achava que eles tinham de ser presos, pois aquilo feria a imagem do município. O Ivo estava atento, inclusive, ao seu futuro político, pois almejava ser governador. Mandou reforçar a cadeia, instalar barras de ferro.

Naquela época, eu era professor na Universidade. A Faculdade de Direito ficava na rua Esteves Júnior. O Milton Leite da Costa tinha autorizado este exercício da docência. As aulas terminavam às 9 horas da manhã. Com meu carrinho, vinha ligeiro para a Palhoça. Como não tinha trânsito, em 25 minutos chegava no Fórum. Numa dessas idas e vindas, lá chegando, vejo o promotor adjunto, que era o barbeiro, sentado na minha cadeira e as testemunhas da acusação saindo. O juiz tinha intimado as testemunhas a comparecerem às oito e meia da manhã, sem o meu conhecimento. Como eu estava ausente, convocou o adjunto. Mandei parar com aquilo, desconvocar o adjunto, que foi logo dizendo: “Doutor, quem manda é o senhor, eu sou adjunto só para ganhar um dinheirinho, não tenho nada que estar aqui se o senhor está presente...”. E o Gervásio: “Fica aqui!”. Eu disse: “Não fica!”. Os três réus estavam ali, bem como o delegado com dois ou três policiais. O juiz mandou o policial deter o adjunto: “Doutor, em briga de gente grande o delegado não se mete, não senhor! Adjunto, vai para a rua que o promotor te mandou!”. Pedi aos policiais buscarem as testemunhas, para que a oitiva fosse repetida em minha presença.

Foi uma situação constrangedora. Eu era até muito amigo do Honor, irmão do Gervásio. O Honor era radialista, na *Rádio da Manhã*, tinha um programa que ia ao ar das seis e meia às sete horas da manhã. O Honor era da UDN. Mas o que realmente nos aproximava era o gosto pelo teatro. Acompanhávamos as peças, discutíamos os diretores, os atores...

Bem, quando as testemunhas retornaram, o Gervásio não queria ouvi-las novamente. Disse que se tratava de coação, pois o delegado as buscara ao meu pedido. Mas as testemunhas afirmaram que realmente queriam contar o que tinham visto, porque estavam sendo pressionadas pela comunidade, inclusive.

**Memorial do MPSC** – *Por que, afinal de contas, queriam matar o padre?*

**Fernando Nizo Bainha** – O padre negava-se a celebrar casamentos para maçons. Exigia que o pessoal largasse a Maçonaria para receber os sacramentos do matrimônio. Teve gente que trocou de religião. Era grande a rivalidade entre a Igreja e a Maçonaria. O padre tinha um controle muito grande sobre a população. Na missa, as filhas de Maria entravam antes, sentavam bem na frente, depois vinham os outros... O pessoal gostava de ficar em destaque na igreja.

Eu orientei o escrivão a riscar tudo: por ordem do promotor, os depoimentos coletados até ali seriam anulados! O Gervásio se levantou e veio para cima de mim, aos berros. O púlpito era alto: do lado direito, ficava o promotor, do lado esquerdo, o escrivão. Quando ele levantou a mão, reagi automaticamente, e lhe dei um murro. O Gervásio, furioso, bradou que eu estava demitido! Eu disse: “Podes demitir a tua mãe, a mim não, sou promotor!”. E o delegado completou: “Doutor, todo mundo aqui viu que o senhor escorregou e bateu com o rosto no balcão”. E perguntou aos réus: “Vocês viram alguma coisa?”. “Não, senhor, nós estávamos de cabeça baixa”. Barbaridade!

O Gervásio telegrafou para o governador, para o presidente do Tribunal de Justiça, para o procurador-geral de Justiça... todos ligados ao PSD. O José Daura, Vice-Procurador-Geral, veio à Palhoça investigar. Achei que de fato seria demitido, mas contei toda a história. Ele ouviu as pessoas, elaborou uma ata, na qual reportou que as testemunhas arroladas pelo Ministério Público foram obrigadas a declarar terem visto o padre armado dentro da igreja, sacando contra dois maçons que queriam casar, quando os três réus teriam reagido. Não dava para engolir aquilo... Finalmente, o delegado, o escrivão, todos, sustentaram que o juiz tinha escorregado e batido o olho no púlpito: “Esse juiz é maluco, quer botar os réus na rua, o promotor foi desacatado...”.

Aí, tudo o que se falava do Gervásio veio à tona. Havia muito folclore em torno dele. O Gervásio era realmente parcial quando as questões envolviam o PSD ou a Maçonaria. Mas, tirando isso, era um bom juiz. O Daura achou tudo aquilo uma tristeza e foi falar com o Ivo Silveira, surpreendendo-se quando o Ivo elogiou o promotor (risos). O Daura estranhou muito aquela história do juiz de olho roxo por causa de uma queda, mas, afinal, todos insistiam nessa versão... Fui absolvido da representação do Gervásio.

Em seguida, o Tribunal também comissionou um investigador. Ouviu as mesmas testemunhas e chegou a uma conclusão parecida: o Gervásio estaria louco! Não tinha cabimento ter iniciado a sessão antes da hora, convocado o adjunto na presença do promotor, coagido as testemunhas da acusação... Fui convocado para testemunhar numa reunião do Conselho Superior da Magistratura. Quando perguntado, confirmei achar que o Gervásio estivesse maluco. Depois, fiquei aguardando o resultado numa sala contígua. Dava para ouvir um pouco do que se passava lá dentro. O Gervásio chorou muito, lamentando que ninguém acreditava nele, que eu o tinha esmurrado mesmo. Mas os desembargadores redarguíram não haver nenhuma testemunha em favor da versão dele: até os três réus confirmaram que tinha sido um tombo! Diante da ameaça de processo administrativo, o Gervásio

optou pela aposentadoria imediata. Enfim, contando tudo isso hoje pode até parecer engraçado. Mas na época foi tormentoso e traumático. Eu nem sei se deveria revolver esta história... mas, foi assim que as coisas se deram.

Acabei ficando em plena paz na Palhoça. Ganhei até certo “prestigiosinho”. O Ivo Silveira faturou o assunto. Foi à igreja sugerindo ter sido o próprio juiz o mandante do crime. Era exagero! Nunca se esclareceu quem eram os mandantes, embora tudo apontasse para os maçons. Aquilo rendeu para o Ivo Silveira. Fizeram procissão para ele e tudo o mais. Chegaram a me convidar para as homenagens, mas claro que não fui: promotor não tem nada que se meter nessas coisas.

A minha paz foi interrompida com o Golpe de 1964. O titular da comarca estava cedido, trabalhando em Brasília, e, com a queda do governo, desejou retomar as suas funções, de sorte que fui desalojado. Mas não queria voltar para Mondai: aquele mundão lá longe! Fui falar com o Milton, que sugeriu minha transferência para Taió. Era uma comarca boa, disputada. Ele foi logo alertando que lá eu não teria a facilidade da complementação de renda com as cobranças dos débitos com o Fisco, pois o pessoal, em sua maioria descendentes de italianos, costumava manter suas obrigações em dia. Havia, quando muito, alguns débitos atrasados para com a Fazenda Federal, cuja cobrança também nos cabia.

Fora um bom dinheiro que ganhei atuando em Palhoça, economias com as quais comprei metade de uma fábrica de sapatos em Rio Negrinho, enquanto ainda estava em Palhoça. Nos finais de semana ia até lá, verificar a contabilidade. A fábrica deu certo. O José Daura, que já me estranhava desde o episódio envolvendo o conflito com o juiz da Palhoça, foi lá investigar. Fez uma devassa, mas evidentemente não encontrou nada, pois toda a gestão do empreendimento estava em dia.

Enfim, em Taió, a vaca secou! A ideia era permanecer somente um mês, mas fiquei mais. O juiz estava adoentado, em licença-saúde, então, no início me hospedei com ele. Como o tempo foi passando, levei minha esposa, alugamos uma casa... Os moradores eram bem animados. Eu participava de jogo de bocha, corrida de cavalos, peladas de futebol. Achava importante que o promotor estivesse integrado à comunidade.

Fazíamos de tudo um pouco: mediávamos conflitos, resolvíamos problemas de divisas, ajudávamos a homologar separações, ou casamentos... Qualquer coisa que a gente fizesse, que estava no âmbito das nossas atribuições, o pessoal nos dava um cordeiro, um peru, um porco... de gratidão! Eu não queria aceitar. Teve um Natal no qual ganhei cinco cordeiros! Mande devolver. Mas era delicado, tinha de fazer com jeito, porque, senão, o pessoal até se ofendia. Fiquei com um peru, apenas. Propuseram-se a prepará-lo para mim.

Numa oportunidade, fui fiscalizar o abate de uns cordeiros, porque os impostos não haviam sido corretamente recolhidos. Me ofereceram um cordeiro. Não aceitei. Mas não denunciei, porque o sujeito os tinha matado para consumo próprio, e dos vizinhos, ou parentes – não havia propriamente venda dos animais. Mas o juiz achou que eu havia recebido um cordeiro e foi lá pedir o dele. Isso azedou as relações.

Logo em seguida, o juiz brigou com o dono do cinema, porque ele se julgava no direito de não pagar ingressos para assistir aos filmes. O dono perguntou o que eu pensava. Respondi que, embora de fato houvesse essa tradição em alguns lugares, achava que o nosso vencimento suportava o preço de um ingresso de cinema e não se justificava a gente entrar de graça na sessão. O ingresso era uma ninharia. O juiz queria entrar de graça com a esposa e as filhas. Reclamou para mim; obviamente, não dei cabimento. Ele queria que eu representasse contra o dono do cinema. Como me neguei, quis brigar comigo. Acabou levando uns sopapos.

Outras irregularidades foram aparecendo. Como era uma comarca muito tranquila, de pessoal ordeiro; havia grande respeito pela autoridade. A gente mandava uma intimação, o pessoal vinha ligeiro, com a família e tudo. Eis que o juiz estava usando o oficial de Justiça, que era muito bom, para cobrar algumas dívidas de impostos, e ficava com a comissão, o que não era apropriado. Mandei parar com aquilo.

Mas fora essas rusgas com o juiz, era uma comarca muito agradável. O ruim era que eu ficava indo e vindo, entre Taió e a capital, pois, concursado na Universidade, não queria abandonar as minhas aulas. Foi um período extenuante. A estrada era por Rio do Sul, uma pedreira só. Várias vezes estouraram os pneus do meu carrinho. Até que o Milton Leite da Costa resolveu conceder-me uma licença-prêmio. Eu não tinha tempo de serviço suficiente para a licença, mas ele deu um jeito. A ideia era me nomear logo em seguida para Biguaçu, bem mais próximo da capital. Mas não deu certo, pois lá quem pontificava era o Cláudio Marques de Souza, cuja remoção era impraticável.

Assim, precisei esperar. Então, o Milton me indicou para São João Batista: mais um ninho do PSD! A comarca foi criada em dezembro de 1965. “Lá vou ser massacrado!”, ponderei. “Mas tu disseste que não tem mais partido...”, retrucou o Milton. “Não vamos esquecer que fui secretário da UDN...”, lembrei. “Fala com o Walter Gomes, Deputado pelo PSD, vai dar tudo certo!”. O Walter, afinal, participou-me achar ótima a designação de um udenista para São João Batista, pois a turma de lá estaria viciada no PSD; não queria mais pagar impostos, massacrava o padre, etc. Ele, católico, estava até preocupado em perder o eleitorado por conta dos conflitos

dos partidários com a Igreja. Enfim, o mesmo quadro vivido em Palhoça. “Mas tu não vais botar política aqui, não é?”. “Não, de jeito nenhum!”, garanti; “Pergunte ao procurador-geral: desde que ingressei no Ministério Público, nunca mais toquei na UDN!”. Conversa!... Mas quando eu me envolvia com as coisas da UDN, era sempre informando o procurador-geral e com o seu devido consentimento.

A comarca foi definitivamente instalada em setembro de 1966. Fui o primeiro promotor e o primeiro juiz foi o Dr. Helio de Melo Mosiman. Era razoavelmente pacífica, embora fosse território dos Gomes – o César Bastos Gomes era o mandão local... Lá chegando, já tinha um inquérito que não havia sido feito pelo delegado, sobre o assassinato de um escrivão. Mas não consegui ir adiante. Bem, o Gomes tinha uma usina de açúcar... Funcionavam em Santa Catarina cinco usinas. A legislação da época, pautada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, privilegiava a titulação. Por exemplo, a Usina Santa Catarina, em Joinville, tinha uma quota de cento e cinquenta mil sacos, considerada de médio porte. Em Gaspar funcionava a usina de Pirabeiraba, com quota de 75 mil sacos. Em São João Batista, operava uma usina na localidade de Angelina... A maior do Estado ficava lá, a USATI – Usina de Açúcar de Tijucas – até hoje existe o prédio – tinha uma cota de 200 mil sacos.

A USATI expandira-se, pois comprara a usina de Gaspar, a de Antônio Carlos e queria comprar a Usina Santa Catarina. O objetivo não era a produção do açúcar, mas a quota. Comprando as usinas, a USATI acumulava-as, o que valia um dinheirão. Depois de compradas, as unidades até fechadas eram... Uma tristeza!

Eu conheci a usina daqueles alemães em Gaspar – uma beleza! A administração era enxuta, havia compradores certos e, apesar da quota pequena, sobreviviam com lucro. A USATI usava, assim, essas quotas para trazer açúcar de outras regiões, como da usina Santa Helena, carimbando-o como produzido em Santa Catarina. Esse açúcar transformado em catarinense, sem o ser, era vendido para o Uruguai, para a Argentina e até para o Chile.

Havia uma pequena usina funcionando, também, próxima à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, em Osório. Esta tinha quota de apenas 50 mil sacos, o que não paga os custos de uma usina moderna. A lida com a cana é difícil, custosa: há o corte, o transporte, depois lançar nos vagões para a moagem, cozinhar para dar a sacarose, fazer uma nova prensagem com água para tirar o resto de açúcar... Lucro só a partir de 75 mil sacos. A região de Osório não conseguia produzir cana suficiente. Há variedades de cana que enfrentam melhor o frio, mas produzem menos açúcar. Essa quota acabou sendo comprada pela Usina Santa Catarina, de Joinville, o que lhe garantiu maior lucratividade. Como as instalações tinham de ser modernizadas, o César Gomes, proprietário da USATI, tomou um

grande empréstimo do Instituto do Açúcar e do Álcool. Na época, havia importantes linhas de financiamento. Ele se tornou um grande devedor da Receita Federal.

Os produtores estavam insatisfeitos, porque antes da instalação da usina, produziam-se 200 mil sacos do açúcar grosso, mascavo, com um pouco de melado, que pesava mais do que o refinado. Esse açúcar era exportado para São Paulo, para o Rio Grande do Sul e até mandado, por vezes ilegalmente, para o Uruguai ou para a Argentina. Era um açúcar muito bom, feito a partir da cana-caiana, cuja utilização atualmente não é recomendada, por ser uma variedade muito suscetível a doenças. A cultivada hoje em dia é mais resistente às pragas, já geneticamente modificada, mais produtiva, mas incapaz de permitir um produto com o mesmo sabor do elaborado a partir da caiana. Aquele era um açúcar consistente, saboroso, o melado cristalizava logo. Na cana atualmente utilizada há mais glicose do que açúcar.

O plano de safra do Instituto do Açúcar e do Álcool requeria produtividade entre março e setembro. Cada região do país podia produzir em um período específico. A cana-caiana também não se adaptava bem a essa agenda. No início, a cana-de-açúcar tem apenas glicose, sem sacarose. Mas ela se transforma em sacarose quando a temperatura começa a cair, para resistir ao frio. No Brasil inteiro. Por isso funcionava bem a variedade da caiana no sul do Brasil, mas não naquele regime proposto pelo Instituto.

Quando houve a necessidade de substituição da espécie, foi uma gritaria muito grande. Meu Deus do céu! Que movimento deu aquilo ali! Militantes de esquerda infiltraram-se na mobilização dos produtores, ampliando-a. Em Gaspar, os protestos eram organizados pelo Padre Thaheciyl, comunista. Em São João Batista não havia esse complicador, porque o Padre era ex-udenista – o José Locks –; mandava na cidade! Construiu uma igreja lá que é um monumento! Era um padre de fama: construía a igreja de Itajaí. Desde que não se mexesse com a Igreja Católica, para ele estava tudo bem. Nesse contexto, surgiu um movimento para a criação de um sindicato. A iniciativa era pilotada pelos usineiros: seria um sindicato dos produtores de açúcar. Em Pernambuco, por exemplo, existiam dois sindicatos, o dos produtores de cana e o dos produtores de açúcar.

Em Santa Catarina, predominavam as pequenas propriedades rurais. Algumas produziam, por exemplo, cinco toneladas de cana por ano, o que já era um bom dinheiro, se não no primeiro ano, nos seguintes, porque a cana era podada e crescia novamente: a soca, a ressoça, a *tressoca*... Uma touceira de cana dura cinco anos. Estavam cadastradas, no Instituto, cerca de 4.500 propriedades produtoras de cana naquela região. Eu mesmo produzia numa pequena fazenda, algo como 150 toneladas por ano.

Mas com a concentração de capital das usinas, o preço para o produtor começou a cair. Então, além da necessidade de substituição da variedade, os produtores passaram a amargar a baixa do preço. As usinas estavam pagando menos da metade do recomendado pelo Instituto, de tal sorte que os produtores não queriam mais comercializar a sua produção para as usinas e passaram a fabricar melado, cachaça, álcool hidratado... As usinas nem faziam questão de tanta cana, pois lhes interessava mais a quota do que a produção de fato do açúcar. O boicote se alastrou mais do que lhes era aceitável e, de repente, não havia cana nem para produzir aquele açúcar necessário para transmitir a imagem de um quadro de produção plena, importante para mascarar o açúcar trazido de outras regiões do país, principalmente de São Paulo. O açúcar do Nordeste não chegava aqui. A produtividade deles caíra, por conta do esgotamento do solo e da não diversificação de variedades de cana, creio.

Lá pelas tantas, me convidaram para participar de uma reunião da diretoria do sindicato em gestação. O César Gomes pilotando a iniciativa e o Walter Gomes almejando uma candidatura ao governo do Estado, o que dava dimensão política aos acontecimentos. Embora fossem todos pessedistas por lá, sempre me haviam dispensado consideração e respeito. Eu não me envolvia nas questões políticas e cumpria com os compromissos formais da Promotoria. Quando convidado, como autoridade, participava das confraternizações da USATI, tendo de comer aquelas galinhadas deles – tudo salgado e queimado...

Então, achei natural ir à reunião do sindicato, até porque o promotor era presidente do Conselho Arbitral Rural, que mediava inúmeros problemas da produção rural, como o combate à febre aftosa, ou à brucelose, por exemplo. Depois de alguns instantes lá, me dei conta de que se tratava de uma reunião dos usineiros. Então pensei, “Tô fora disso!”, sendo conagraçamento de industriais e não de agricultores, o assunto estava fora da minha atribuição. Só o que me faltava era me envolver em uma confusão com o procurador-geral! A esta altura, o Milton já estava aposentado, mas o novo procurador-geral me removeria em dois toques se saísse da linha e eu não podia abrir mão daquele posto, tendo em vista a proximidade com Florianópolis, onde ministrava minhas aulas na Faculdade.

Por outro lado, o movimento dos produtores tomava uma proporção preocupante. O Padre Thaheciyl fervia em Gaspar, liderando a turma. Gaspar era um reduto comunista. Eu não podia me meter ali. Na Procuradoria-Geral, como fez o Milton Leite da Costa, até se engolia um udenista, mas promotor envolvido com o comunismo, não se aceitaria! Não naquele tempo, de ânimos exaltados e tudo o mais! Lembremos que estávamos em plena Guerra Fria, em pleno regime militar... Só que o movimento estava já repercutindo em São João Batista, tamanha era a revolta contra os usineiros.

Quando resolvi retirar-me da reunião, já era tarde: umas mil pessoas concentravam-se na porta da usina, indignadas, achando que o promotor havia se bandeado para o lado dos usineiros! O delegado da Ordem Política e Social, que tinha por assessor um ex-colega de escola, mais tarde segurança do Aderbal Ramos da Silva, recomendou-me não sair do prédio, mas achei que deveria enfrentar a manifestação.

Eu tinha bom trânsito na comunidade, já que construí o único hospital de São João Batista, sem um tostão dos batistenses. Como tinha participado de uma reunião no Instituto do Açúcar e do Alcool, quando ofereci um panorama das usinas de Santa Catarina, sempre em função da condição de presidente do Conselho Arbitral Rural da comarca, inteirei-me da existência de financiamentos especiais para o erguimento de unidades hospitalares em regiões produtoras de cana-de-açúcar. Então, estava intermediando a vinda desse importante recurso para a cidade. Mais tarde, em princípios de 1973, inaugurou-se ali o que foi, na época, a maior sala de cirurgias de toda Santa Catarina. O hospital seria batizado de Monsenhor José Locks!

Assim, proclamei aos manifestantes que dialogaria, mas não com a presença do Padre Thaheciyl, pedindo que ele se retirasse. Ora, como promotor, estava na minha atribuição conversar com os produtores, mas não seria recomendável interagir com os comunistas. Já o Padre Agostinho, de Canelinha – muito bom, com português escorreito! –, e o Monsenhor José Locks, eu poderia reconhecer como bons interlocutores.

Reunimos no cinema local, onde cabiam umas quinhentas pessoas, os dois padres e as lideranças dos fornecedores de cana. Ponderei não haver necessidade de irem famílias inteiras, tampouco os mais jovens: já foi reduzindo a multidão... Mesmo assim, a reunião foi tensa. Ah, esse pessoal estava revoltado! Recomendei que se organizassem como produtores de cana, sem agitação. Propus a constituição de uma comissão para se entrevistar com a direção do Instituto do Açúcar e do Alcool. Começou, assim, a nascer a Associação dos Fornecedores de Cana-de-açúcar em Santa Catarina.

Foram, então, à sede do Instituto, onde o pessoal os ouviu e mandou a usina pagar o preço convencionado. Como a usina continuou recusando-se, movi uma ação e ganhei. Entraram com recurso. A usina continuou não pagando... Não me era possível acompanhar os desdobramentos do processo no Rio de Janeiro, onde a ação era seguida pelos procuradores de uma associação nacional dos fornecedores de cana.

Enquanto isso, o açúcar “esquentado” pelas usinas entrava via Tubarão. Num só dia, negociaram-se lá 100 mil sacas. Era açúcar “para burro”! Dava para abastecer

toda a região sul, mais os países do Cone Sul! Ou o Instituto não sabia (o que duvido muito), ou era conivente. De qualquer forma, o controle sobre esta triangulação também fugia à minha alçada, pois era assunto da Receita Federal, esfera na qual os membros do Ministério Público Estadual estavam proibidos de atuar.

Eis que, no 5º Distrito Naval, em Florianópolis, funcionava o Catetinho, que, após a Revolução de 1964, mandava de fato, como a maior autoridade policial e judicial de Santa Catarina. Tinha uma força tremenda, que aumentou ainda mais com o AI-5, em 1968! O 5º Distrito Naval seria transferido, em 1983, para a cidade de Rio Grande.

Diante do impasse que se avolumava, o almirante responsável convocou, para uma conversa, o Padre José Locks, o Padre Agostinho, os líderes do movimento, o Calixto José Pereira, da UDN, os Duarte e os Gomes, identificados com o PSD, e a mim. Éramos uns dez, doze, ao todo.

Ah, o Almirante [Murilo] Vasco do Vale e Silva estava brabo!... Cobriu-nos de desaforos! Descascou o Padre Locks, que, já incomodado, quase aos prantos, fez menção de se retirar. Recomendei que se contivesse. Quando finalmente o almirante perguntou ao padre o que ele teria a dizer, manifestei disposição de representá-lo. Mas pedi que a palavra me fosse garantida, assim como nós o havíamos ouvido atentamente. Garantiu-a, assim, em presença de todos os oficiais. Pedi-lhe que convidasse o oficial destacado para o controle do rádio para a reunião, ao que ele acedeu, sem entender muito bem o que eu pretendia... Chegando o oficial, solicitei-lhe que jurasse quealaria a verdade caso questionado sobre algo: assim foi. Pedi mais duas vezes ao almirante para me confirmar o direito à palavra. Já exasperado, confirmou. Aí, lasquei: “Então, o senhor sabe do contrabando de açúcar em Santa Catarina?”. “Não há contrabando de açúcar em Santa Catarina!”, respondeu confiante. Rebatí: “Hááá, siiiiim, e o oficial de rádio pode provar!”. Estava tudo nos relatórios dele, mas o almirante não os havia lido com atenção. Ficou indignado por não ter sido alertado sobre o assunto pelos subordinados, mas o relatório do oficial de rádio passou pela cadeia de comando, de sorte que aquele aspecto se perdeu... “Mas o mais grave ainda está por vir...”, anunciei. “O que pode ser mais grave do que isto?”, exclamou, já transtornado. Sempre lembrando a palavra garantida, disse-lhe: “O contrabando é feito pelo rádio e por meio da frequência utilizada pela Marinha - 11004 - proibida para as estações em Santa Catarina!”. Dando um murro na mesa: “Estou num ninho de cobras!!!”. “Almirante... eu ainda não terminei de falar... o senhor me garantiu a palavra...”. “E, depois disso, precisa falar mais ainda?”. “Preciiisaaa... o senhor disse uma porção de coisas aqui para o Padre José Locks, um homem de bem, que está me ajudando a erguer o hospital lá

em São João Batista...”. “Então fala!”. Voltei-me para o oficial de rádio, inquirindo-o sobre o que diziam os contrabandistas pela frequência da Marinha. O homem tremeu, apavorado, mas jurara falar a verdade: “Dizem ser o próprio almirante quem comanda o contrabando... está tudo gravado!”.

Foi uma bomba! O almirante ficou possesso! Proclamou-se inocente e disse que o provaria. Mandou fechar a estação de rádio de São João Batista e prender os diretores em uma hora, ordem que não poderia ser cumprida assim, pois as pontes tinham caído – acho que os produtores as tinham dinamitado para não serem forçados a entregar a cana na usina, mas ninguém nunca conseguiu provar isso. Era preciso ir por Angelina e as estradas estavam embarradas. Na melhor das hipóteses, com uma equipe grande, seria possível cumprir a ordem em oito horas. Os rádios antigamente eram enormes, sobretudo na faixa de 11, 12. Deveriam pesar uns 30 ou 40 quilos, mais os geradores e cabos de força... Nem seria possível removê-los com tanta rapidez. Então, programou-se a remoção para o dia seguinte, um sábado.

Recomendei, ainda, ao almirante, que enviasse uma equipe para Tubarão, onde ele encontraria 50 mil sacas de açúcar não declaradas. “Mas o senhor está sabendo mais do que eu!”. “Ahhh... não doutor, isso não, o senhor é que é a autoridade aqui; eu sou um humilde promotor de São João Batista que dispõe de uma ou outra fonte de informação privilegiada e que foi envolvido nesta história por ser presidente do Conselho Arbitral...”.

Estava para acontecer, no dia seguinte, sábado, uma reunião na Secretaria de Segurança, na qual a minha cabeça seria pedida. Até me prender queriam, o que já seria mais difícil, pois o procurador-geral sabia de tudo – eu o mantinha devidamente informado. Mas o Padre Locks poderia não ter a mesma sorte. Uma possível prisão do padre revoltaria a Igreja e 4.500 produtores de cana da região. Tirando os comunistas, ainda sobravam uns bons quatro mil manifestantes. Era uma insatisfação monumental que não poderia ser confundida com agitação. Os militares e a Igreja que se entendessem para colocar o Padre Thaheciyl em quarentena, retê-lo na Igreja, transferi-lo para outra paróquia ou algo assim. Ele era medroso, não oporia resistência... Então, pedi ao almirante que também me garantisse a palavra nesta reunião, para que pudéssemos nos defender.

Assim, o almirante achou que eu deveria era presidir a tal reunião. Fui pego de surpresa! Argumentei que isso não daria certo, pois a reunião seria dirigida pelo General Rosinha, do Exército, sobre quem o almirante não teria comando. Mas ele me garantiu ser a autoridade máxima no Estado e passou um memorando me dando poderes, em seu nome. Estava disposto a comprar a briga com o Exército e com a Aeronáutica. Até porque o coronel (posteriormente brigadeiro) que comandava

o PARA-SAR, Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento, baseado então em Santa Catarina, era primo do César Gomes... Aparentemente, a frequência da Marinha seria utilizada com o consentimento do comandante do PARA-SAR...

Na reunião, o Rosinha queria briga. Ligou para o almirante: acabou reconhecendo a minha autoridade. Depois de muita conversa, o César Gomes finalmente prometeu pagar os fornecedores de cana. Queria fazê-lo em um mês, mas eu retorqui que tinha de ser à vista e em dois dias. Aí ele lançou um repto: como os produtores haviam dinamitado as pontes, não queriam entregar a cana. Ponderei que as suspeitas sobre a explosão das pontes também recaíam sobre ele – o que o deixou indignado –, pois lhe seria conveniente incriminar os comunistas e o movimento todo. E afirmei que os fornecedores seriam capazes de entregar a cana, mesmo sem as pontes, em dois dias! Ele não acreditou. Redigimos uma ata, na qual ele ainda assumiu o compromisso de que a balança funcionaria com a presença de fiscais. Os caminhões de cana passaram sobre os rios utilizando pranchões de madeira. A usina só podia processar 20 toneladas de cana por hora. No domingo, estava entupida! A casa do César Gomes ficava em frente. Passamos um trator no jardim, tiramos a estátua que o decorava (em homenagem ao pai dele) e enchemos também o jardim de cana. Para os fornecedores foi um bom negócio, muito embora a dívida acumulada tenha sido saldada em apenas 10%...

**Memorial do MPSC** – *A propósito da reunião que senhor mencionou na Secretaria de Segurança, havia, ou houve, depois, em função desses conflitos em São João Batista, algum inquérito?*

**Fernando Nizo Bainha** – Sim. Depois dessas reuniões em Florianópolis, o César Bastos Gomes, homem influente, bem relacionado no PSD, parente do Celso Ramos, protocolou uma representação enorme na Procuradoria-Geral. O procurador-geral achou uma barbaridade, mas eu insisti na investigação dos fatos: não poderia correr o risco de minha imagem ficar manchada. Concordamos, então, que o procurador-geral nomearia uma comissão de inquérito. O governador alertou que, uma vez nomeada tal comissão, haveria estardalhaço na imprensa. Tudo bem, desde que o resultado das investigações também fosse publicizado. Não deu outra! Saiu no jornal: “Aberto inquérito contra o promotor público de São João Batista”. O César Gomes deitou e rolou!

As acusações davam conta de que eu não residia na comarca e que dela me ausentava por longos espaços de tempo. Além disso, imputaram-me parcialidade, sustentando que não denunciava ninguém ligado à UDN e que estaria sempre fazendo acordos em benefício de correligionários. Eram acusações graves, mas falsas!

A comissão era composta por três membros: o Paulo Oscar Viana, o Hélio Sacilotti de Oliveira... O Paulo, irmão de um deputado, da região de Taió, parecia-me parcial – não me agradavam as atitudes e o estilo dele, de sorte que usei do direito de impugnar essa indicação. O Hélio Sacilotti defendeu-me durante as investigações. Sou muitíssimo grato a ele. O Hélio ouviu 102 pessoas diferentes! Todos os padres da região, a exceção do Thaheciyl, depuseram ao meu favor, assim como muitos produtores de cana. Houve uma audiência em São João Batista, no âmbito desse inquérito, cuja intenção era auscultar as lideranças, mas os produtores de cana compareceram em massa, promovendo um ato de desagravo a mim, e de protesto contra o César Gomes. Calculei, depois, mais de mil pessoas reunidas naquele dia. A concentração atraiu a atenção de um dos diretores do DOPS, que foi a São Sebastião também, investigar o que se passava.

O Hélio pesquisou no Cartório, compulsando os processos em que eu funcionara. Comprovou que muitos dos indivíduos que denunciara – na verdade, a maioria – eram ligados à UDN! Sobre as ausências da comarca, todas haviam ocorrido mediante autorização do procurador-geral.

O Hélio Sacilotti de Oliveira recebeu uma pressão muito grande, mas aguentou firme. Foi brilhante! De uma dignidade extraordinária! Como era conselheiro da OAB, conseguiu respaldo para realizar um inquérito transparente. Nas conclusões, a comissão recomendou que eu recebesse um elogio. Aí já havia começado o governo seguinte. O Colombo Salles [que tomou posse em 15 de março de 1971], tinha assumido compromisso com o César Bastos de me pôr para fora. Mas a esta altura, o César já estava também queimado com o Instituto do Açúcar e do Alcool... E eu já estava em Biguaçu.

**Memorial do MPSC** – *E como eram as condições materiais de trabalho do promotor?*

**Fernando Nizo Bainha** – A Procuradoria-Geral praticamente se reduzia ao procurador-geral, que tinha tudo na cabeça. Havia três funcionários. A Imprensa Oficial nos enviava papel timbrado de vez em quando. A máquina de escrever, a comprávamos em prestações.

Em Biguaçu, onde fiquei uns dez anos, não havia sala para o promotor. Nem cadeira tinha! Eu atendia no Salão do Júri. Pela manhã, recebia 30 pessoas ao menos. De todas as origens e condições: gente com mau hálito, sem tomar banho, com cascão e sujeira... todo mundo! E a gente resolvia os problemas desse pessoal. Na base da arbitragem, da conciliação.

Havia um grande Juiz lá, o Walter Zigelli. Era oriundo da UDN de Joaçaba, onde foi muito influente. Tornamo-nos excelentes amigos. Batizei uma das filhas dele; nossas esposas se tornaram próximas... Juntos, conciliamos muitas disputas de família, consertamos laços descosidos, reaproximávamos casais separados por relações extraconjugais, etc. O grande desafio era garantir pensão digna para os menores. Às vezes, ameaçávamos prender o casal numa cela da Delegacia a pão e água, até entrarem em acordo (risos).

Lembro-me do taxista Niquinho, que pilotava todo orgulhoso um Ford *Galaxy*. Cuidava mais do *Galaxy* do que da própria esposa. Fez uma filha em outra e não queria pagar pensão. Não dava para ameaçá-lo com a cadeia, pois, articulado, mobilizaria rapidamente um advogado para entrar com *habeas corpus* junto ao Tribunal. Convocamos, então, todos os interessados para uma audiência de conciliação. Redigimos a ata. A esposa legítima, uma professora conceituada, concordou com os termos, mas pediu, ao final, dez cópias autenticadas da ata. Dali em diante, ela passou a pôr um terceiro prato, vazio, na mesa do casal, sob o qual colocava uma cópia da certidão, para que o Niquinho não se esquecesse jamais de que o casal alimentava uma terceira boca que não estava ali. Não adiantava o Niquinho rasgar a cópia, pois ela tinha outras (risos).

Eu visitava a cadeia todas as sextas-feiras. Os presos lavavam tudo, punham desinfetante e tal. Tinha sempre de estar tudo bem bonitinho para receber o promotor! Certa feita, encontro uma mulher detida, que não constava na relação de presos. O delegado informou estar recolhida por ordem, aparentemente, do almirante. Eu não podia fechar os olhos para uma prisão ilegal. Mandei libertá-la imediatamente. O delegado ficou apavorado, com medo de ser demitido. Eu disse que assumiria a responsabilidade. Na saída da Delegacia, a mulher foi logo dizendo que ia embora bem ligeiro. Foi quando reparei nas mãos dela: tinham-lhe arrancado as unhas! Dois dedos estavam inflamados. Ela quis me mostrar as pernas e os peitos, queimados: “Não, não... não me mostre nada, não quero ver, se a senhora tirar a roupa aqui, vou ter que prendê-la por atentado ao pudor. A senhora está livre, vai embora logo!”. A moça era de uma família de relativas posses. O pai deu-lhe recursos para que saísse de lá. Parece que ela foi para a região do Araguaia, onde estava se dando uma concentração para uma guerrilha contra o governo militar.

**Memorial do MPSC – Como foi a sua contribuição para a Associação do Ministério Público?**

**Fernando Nizo Bainha** – Creio que pude agregar algumas contribuições à Associação. O Celso Ramos, Governador pelo PSD entre 1961 e 1966, desejava legalizar a maior reserva calcária do sul do Brasil, que viabilizaria a produção de

cimento por cem anos! A área ficava em Santo Amaro, então distrito de Palhoça. Fazia-se necessária a desapropriação de alguns sítios. Como eu era um dos poucos promotores que mantinham o registro na Ordem dos Advogados, o governador pediu-me para advogar a causa em favor do Estado. Ele achava que o processo poderia dar alguma confusão e, por isso, desejava que um membro da OAB defendesse o governo.

A propósito, lembro-me que no dia em que recebi a carteira da Ordem, caiu um aviãozinho da Esquadrilha da Fumaça, na Praça Santos Dumont, matando um transeunte. A OAB fez um escarcéu com respeito a essa fatalidade, o que me pareceu falta de foco e provincianismo, pois as grandes questões nacionais de palpitante interesse de Santa Catarina, como ofensas à Constituição e tudo o mais, eram desprezadas. Meti “o pau” na OAB, mas nunca deixei de pagar a mensalidade, mesmo depois de assumir a Promotoria.

Assim, durante o período em que patrocinei a causa, fui removido... creio que para Ituporanga, salvo engano. Não fui nem tomar posse. Ainda ganhei um dinheirinho correspondente à remoção. O Celso já tinha toda a área mapeada, com plantas e fotografias aéreas. Havia dez moradores em sítios precários, pois se tratava de uma região montanhosa, pouco fértil. Ele propôs que eu negociasse a compra de cada uma dessas propriedades pessoalmente. Não foi caro. Escrituramos tudo em nome do Estado, em 30 dias! O juiz homologou direitinho (foi antes da briga que precipitou a sua aposentadoria). Publicamos a escrituração no jornal. O governo preferia *O Estado*, vinculado ao PSD, que, assim, ganhava até um troco...

Quando o Celso Ramos quis me pagar os honorários, não aceitei. Sentia-me honrado em defender, a pedido do governador, como advogado, o próprio Estado. Ele, contudo, não admitia um udenista trabalhando de graça para o seu governo, de sorte que insistiu muito. Como me parecesse sobremaneira inconveniente receber tais honorários, pedi-lhe, então, que os repassasse direto para a Associação do Ministério Público. Nossa entidade vivia carente de recursos, com dificuldade para financiar as operações mais elementares. Os autos desse processo, infelizmente, perderam-se numa enchente em Palhoça.

**Memorial do MPSC** – *Houve algum outro processo do qual o senhor tenha participado e que lhe chamou a atenção?*

**Fernando Nizo Bainha** – Orgulho-me de ter acabado com o reinado de crimes dos Pires, uma família danada, originária de Lages, que se radicou na localidade de Salete, nas proximidades de Taió. Salete era um ponto isolado, pois a estrada de acesso era muitíssimo precária. Os Pires mataram ali alguns agricultores, para

roubar carneiros. Quando chovia, formava-se tanta lama na região que o gado atolava, motivo pelo qual se preferia a criação de carneiros. Ajudei a organizar a investigação da Polícia, que montou campana e, numa oportunidade, fez-lhes um cerco, com mais de 50 policiais. A intenção era prendê-los. Mas reagiram, provavelmente sem perceberem a extensão do cerco. Estourou violento tiroteio. A casa de madeira teve paredes varadas pelas balas de fuzil: morreu quem estava dentro, uns quinze. Em função disso, estabeleceu-se certo folclore, que me responsabiliza por ter matado os Pires. O Gilberto Callado até brincou comigo esses dias: “Bainha, tu mataste muita gente!”. Bem, não é assim... Ninguém teria morrido se eles não tivessem reagido à bala à ação da Polícia. E eu não dei nenhum tiro.

**Memorial do MPSC** – *O senhor mencionou a figura do adjunto, em Palhoça. Nas outras comarcas em que o senhor atuou, também existiam os adjuntos?*

**Fernando Nizo Bainha** – Em São João Batista o trabalho não era muito volumoso, não havia a menor necessidade de um adjunto. Mas o Deputado Walter Gomes me pediu para nomear um parente para a função, com o que acedi. O sujeito, contudo, era amasiado, o que passava uma imagem negativa. Na época, não existia o instituto da união estável. Então, estabeleci por condição que ele se casasse. O homem não gostou muito, esperneou, mas afinal concordou. Fizemos o casamento em 24 horas! Porém, nunca dei chance para assumir, pois eu ficava no máximo dois ou três dias fora da comarca (risos), mesmo quando precisei viajar ao Rio de Janeiro.

**Memorial do MPSC** – *E como foi a sua experiência na Universidade Federal? De alguma forma, os conflitos nos quais o senhor se envolveu na Palhoça, em Taió e em São João Batista repercutiram na sua situação como professor?*

**Fernando Nizo Bainha** – Bem, não sei se foi repercussão direta, mas durante o regime militar fui alvo de uma investigação informal na Universidade. Recaiu, sobre mim, suspeita de práticas esquerdistas! Esse era um dos motivos pelos quais eu queria distância do Padre Thaheciyl, de Gaspar. Eu era professor de Introdução à Economia, vinculada ao Direito Tributário. Sendo uma matéria mais filosófica, eu mencionava autores anatematizados, tais como Marx. Era inevitável discutir versões sobre o capitalismo. Um desembargador apresentou um depoimento reforçando a percepção de que minhas aulas teriam fundo socialista.

Eu fora eleito membro do Conselho de Ensino e Pesquisa. Costumavam ser avaliados, nesse Conselho, aspectos atinentes à matrícula dos alunos... Mas discutiam-se também temas da política acadêmica, científica. Havia representantes

de vários matizes, sobretudo da UDN e do PSD, a essa altura, já extintos pelo Ato Institucional. O Reitor Ferreira Lima integrava o Conselho.

Por pressão dos militares, instalou-se junto ao Conselho, lá pelas tantas, uma comissão de investigação dos membros do corpo docente. Eu me opus àquilo, pois entendia que no ambiente acadêmico era impossível censurar o pensamento dos indivíduos. Como iríamos, de repente, investigar professores, se eles sequer precisaram responder à Revolução? Assim, a comissão acabou sendo extinta, por falta de fundamento jurídico e ético.

Mas, então, entrei na alça de mira de um dos membros do Conselho, o Rodolfo Pinto da Luz, um jurista, filho de general. Convidou-me para uma entrevista. Eu disse que estaria à disposição, desde que com o conhecimento do reitor, antes ou depois de uma de minhas aulas. Ele preferiu que fosse à casa dele. Fui, mas levei três amigos comigo, como testemunhas. Eu queria gravar a conversa, mas ele se opôs. Fez uma porção de perguntas sobre o programa e a bibliografia das minhas aulas. Interessou-se pela UDN. Lá pelas tantas, mencionou, estranhamente, o movimento do Araguaia, queria saber do meu envolvimento com o almirante – aquele do Catetinho. Sim, porque aquele assunto do contrabando de açúcar feito pela frequência da Marinha teve desdobramentos. O almirante promoveu uma limpa na Marinha. E, creio, uma das causas da transferência do 5º Distrito Naval de Florianópolis para Rio Grande está relacionada àquele episódio. Também o PARA-SAR foi transferido de Florianópolis para o Mato Grosso, onde mal havia aeroporto. Enfim, aquela conversa não me agradou. Senti um clima muito ruim. Retirei-me. Os colegas que foram como testemunhas me acompanharam.

No outro dia pela manhã, cruzei no corredor, na saída da biblioteca, com o Jorge Mindel Lacerda – não confundir com o Jorge Lacerda, que foi Governador –, candidato a reitor, nomeado interventor na Universidade pela Revolução, para substituir o primeiro reitor. No tempo em que eu era secretário da UDN e o Lacerda diretor da Estatística, tivéramos uma alteração. Questionei, numa oportunidade, o Governador Irineu Bornhausen sobre o motivo pelo qual se mantinha um pessedista notório em uma posição tão estratégica. Todos os mapas e fluxos da economia, afinal, passavam por ali. O Irineu era membro do *Rotary*, clube comandado pelo PSD, e o Jorge era um dos diretores do *Rotary*. O Irineu queria brechar aquele exclusivismo, motivo pelo qual mantinha uma política de boa vizinhança. Enfim, quando o Jorge ficou sabendo do meu comentário, feito numa reunião, veio me xingar. Levei o assunto ao conhecimento do Irineu, que o colocou na rua!

Então, naquele dia, na Universidade, o Lacerda cobriu-me novamente de improperios e me ameaçou com uma investigação. Perguntei-lhe por que ele não

investigava o mistério de ter sido nomeado reitor da Universidade sem a menor competência e tudo isso na frente dos alunos. Ele fez menção de me agredir fisicamente, mas desistiu e se retirou, furioso. Um dos professores, deputado meio esquerdista, interveio na discussão, em meu favor. Disse umas boas verdades para o Lacerda. Coitado, por causa desse incidente, acabou sendo cassado por ordem do Catetinho. E não houve nada que tenhamos podido fazer para defendê-lo. Tentei interferir junto ao Catetinho, mas sem sucesso. Disseram-me que o almirante me defendeu...

Posteriormente, acabei desenvolvendo alguns projetos no âmbito do Conselho Universitário com o apoio do Rodolfo. A atividade no Conselho era em verdade estafante, pois eu ministrava as primeiras aulas da manhã e as últimas da noite. No entremeio, precisava estar na Promotoria.

**Memorial do MPSC** – *O senhor recorda quem eram os membros que integravam este Conselho do Catetinho?*

**Fernando Nizo Bainha** – Conhecia apenas o Alvinho Maykot, meu cunhado, recentemente falecido. Ele prestava serviços de contabilidade. Tratava-se de um órgão pouco acessível, cujas atividades eram bastante secretas.

**Memorial do MPSC** – *Havia participação de algum membro do Ministério Público nesse órgão?*

**Fernando Nizo Bainha** – Não, porque o Ministério Público não era visto com bons olhos, dado o que se imaginava então pelo excesso de independência. O Milton Leite da Costa era muito conceituado e não admitia perseguições aos membros do Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *O senhor recorda se algum membro do Ministério Público foi detido pelo regime militar?*

**Fernando Nizo Bainha** – Creio que houve um que foi preso. Mas não por causas ideológicas... Houve um conflito privado, que acabou mal... Não ficou muito tempo preso. Houve um júri, no qual, afinal, ele foi inocentado.

**Memorial do MPSC** – *Como eram os júris no interior?*

**Fernando Nizo Bainha** – Muitos eram armados... A lista de jurados contemplava a diversidade da comunidade: havia os espíritas, outros que eram de confissão católica, e assim por diante... O promotor escolhia os que ele imaginava que votariam com ele. Dificilmente perdia-se um júri...

**Memorial do MPSC** – *Mas, e a recusação de jurados pela defesa?*

**Fernando Nizo Bainha** – Só se podia rejeitar três, dos dez... Era seis a um nos resultados menos positivos. Em São José fiz uns quantos júris. A primeira coisa que fazia ao chegar à comarca era revisar os jurados.

**Memorial do MPSC** – *E como foi a sua aposentadoria?*

**Fernando Nizo Bainha** – Aposentei-me quando o Presidente Collor ameaçou alterar as regras da aposentadoria.

**Memorial do MPSC** – *Doutor Bainha, muito obrigado pela sua entrevista.*